

Resenha

MCLAREN, Margaret A. *Foucault Feminismo e Subjetividade*. São Paulo, Intermeios, 2016 (coleção entregêneros). 284 pⁱ

Bruno Pessoa Villelaⁱⁱ

Começando em meados da década de 1980 e se estendendo até a década de 1990, os movimentos feministas, se dedicaram a questão de saber se o pós-modernismo era uma concepção teórica construtiva para o movimento feminista, bem como os seus reflexos no ambiente da academia e nos debates gerais.

A preocupação central foi se os desafios apresentados por pensadores como Derrida, Lyotard e Foucault – principalmente no campo referente a negação de um terreno metafísico para a verdade - prejudicariam os objetivos básicos da política feminista, os quais decorriam em certa maneira desse fundamento para suas próprias reivindicações de justiça e igualdade. A natureza da preocupação e dos desafios, impostos por tal debate, foi sucintamente colocada por Nancy Hartsockⁱⁱⁱ na importante coleção, *Feminism / Postmodernism* (1990).

A partir do trabalho de Hartsock, Margaret A. McLaren, pergunta-se: “Por que é, (...), que, no momento em que muitos de nós fomos silenciados, começamos a exigir o direito de nos nomear, de agir como sujeitos, em vez de objetos da história, que, então, o conceito de subjetividade torna-se problemático?”^{iv}

Algumas feministas adotaram a teoria pós-moderna, de distintas formas e matizes, mas Michel Foucault foi talvez, o autor de maior ressonância, na teorização feminista sobre questões de poder, identidade e representação, no interior do debate referente aos movimentos feministas e suas teorizações.

Isso não deve ser surpreendente, pois, como observa Susan Bordo, o foco no corpo que veio a preocupar Foucault em seu período “médio” ou “genealógico” coincidiu com as afirmações feministas, de que a “definição e modelagem” [de gênero] da ao corpo é “o ponto focal das lutas sobre a forma do poder”.^v

Contudo, se os debates e embates, referentes à Foucault deveria ser considerado “amigo ou inimigo” do feminismo duraram quase duas décadas, o feminismo apresentado na obra de Margaret A. McLaren, “Foucault Feminismo e Subjetividade” deve ser a última palavra sobre a utilidade do trabalho de Foucault para a teoria feminista.

A autora organiza sua obra, de forma agradável e sedutora, ao leitor. McLaren inicia seu primeiro capítulo, “O feminismo e o debate sobre Foucault: apostas, questões, posições”, com uma visão geral da gama de perspectivas feministas (liberal, radical, socialista, etc.) e breves

tratamentos da posição de cada uma com respeito à teoria pós-moderna, antes de encaminhar-se para o desenvolvimento aprofundado, com o que a autora, trará como as principais questões e contribuições do trabalho de Foucault para o feminismo, temática que irá ocupar todo o encadeamento posterior do livro. No capítulo dois, “Foucault, Feminismo e Normas”, a autora constrói, o que pode ser entendido como uma segunda forma de introdução, seu ponto de interpretação é a relação complexa entre Foucault e o feminismo, através de uma discussão indispensável da relação “ambivalente” de Foucault com o pensamento do Iluminismo.

Famoso por sua crítica condenatória da postulação do Iluminismo como desvelador de uma verdade universal, Foucault, no entanto, “aprova o impulso crítico do Iluminismo no modo de pensar que ele chama de ‘crítica’”^{vi}. Críticos contemporâneos proeminentes de Foucault como Jürgen Habermas ou Charles Taylor não conseguem conciliar, o que parece ser a ambivalência de Foucault, em relação à verdade, isto é, sua suspeita de uma verdade atemporal, cuja própria crítica, dependa de algo que confira em algum momento um enquadramento normativo.

Entretanto, essa reconciliação, como explica McLaren, é precisamente o projeto de seu livro, a saber, compreender e aplicar a crítica foucaultiana, que tem por objetivo desmascarar e minar a dominação, a tarefa que tal crítica, assume para ser o coração de uma verdadeira práxis feminista.

O que Foucault fornece, de acordo com a autora de *Foucault Feminismo e Subjetividade*, é uma abordagem para criticar a dominação, que não necessite de um terreno metafísico para a verdade. Em vez disso, Foucault se apropria da crítica, a qual ele redefine, como “o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de questionar a verdade sobre seus efeitos de poder e questionar o poder em seus discursos da verdade”^{vii}. A crítica será a arte da insubordinação voluntária, a da trapaça refletida. Se esta condenação da dominação, apela a uma noção kantiana de liberdade, Foucault afirma que o que ele chama de “atitude crítica” deve ser entendida como “condenado a dependência e heteronomia pura”^{viii}. É, em outras palavras, um produto da história.

O que, em seguida, parece ser uma “confusão normativa” no trabalho de Foucault, explica McLaren, “funciona de forma produtiva (...) para criticar as normas e as condutas sociais do Iluminismo tradicional, enquanto permite uma reconceituação de noções normativas, como liberdade e crítica”^{ix}.

Essa reconceituação terá implicações importantes para entender a subjetividade, que é o foco do terceiro capítulo, “Foucault e o sujeito do feminismo”. Como a autora apresenta em seu primeiro capítulo, algumas críticas feministas, criaram uma compreensão de Foucault, embasadas na premissa teórica sobre o assunto, como uma destruição da subjetividade ou sua determinação completa. Críticas como estas fornecem à McLaren a oportunidade de avançar

em seu argumento para a compatibilidade fundamental da teoria de Foucault e os objetivos feministas.

O que é particularmente notável sobre essa discussão é a construção de um envolvimento feminista com o pensamento de Foucault que se estende além das obras genealógicas para o trabalho “ético” final sobre “cuidar do eu”^x. Margaret McLaren neste capítulo, como em outros lugares em seu amplo livro, está entrando em um terreno conceitual^{xi} parcialmente explorado, antecipando e inspirando, o rico desenvolvimento de trabalhos, nesta área de estudos feministas, com base na teoria de Foucault, que se seguiriam nos anos subseqüentes^{xii}.

Sua análise é notável, não só pela sua contribuição para as aplicações dos conceitos de Foucault, e sua inter-relação com os estudos feministas, mas também para o desenvolvimento de estudos referentes à Foucault em geral.

De acordo com McLaren, uma nova análise de Foucault marcada pelo segundo e terceiro volumes da História da Sexualidade vem definir, uma concepção diferente de subjetividade, que “arruína” ou “rejeita” não o conceito do próprio assunto, mas sim, cria uma nova direção, “uma formação específica”^{xiii}, a saber, a “subjetivação” que é transmitida pelo termo “assujeitamento”, neste sentido o sujeito, ou objeto, torna-se parte da/na elaboração do conceito ou ação em que também está sujeitando. Em vez de confiar nas noções do Iluminismo do assunto (feminismos), que ele leva para permanecer ativo, embora reformulado, no existencialismo e na fenomenologia^{xiv}, Foucault se volta para as concepções gregas antigas do “eu”. É neste ponto central, onde Margaret McLaren posiciona o que ela argumenta ser o fio orientador que liga a genealogia e a ética no trabalho de Foucault. Como ela escreve as genealogias de Foucault:

“Revelar o caráter normalizador das disciplinas que constituem a subjetividade; isso deve nos levar a investigar formas de existência não compulsórias. Na opinião de Foucault, recusar o que somos nos permitiria libertar-nos do tipo de individualidade (subjetividade) que se impôs sobre nós através das disciplinas e práticas nos últimos séculos. A recusa de ser o que somos, a sujeição e, portanto, a sujeição, abre novas possibilidades de ser.”^{xv}

McLaren retornará ao trabalho final de Foucault no sexto e último capítulo, “Práticas de Si: da transformação de Si à transformação social”, onde ela fornece um argumento convincente para a compreensão da prática, definindo o movimento feminista da conscientização em termos foucaultianos como uma “prática da liberdade”^{xvi}.

A transformação pessoal e política efetuada pela conscientização, sugeriu provocativamente, pode estar localizada no movimento psicoterapêutico contemporâneo

associado ao terapeuta australiano Michael White, cujo trabalho tem sido significativamente moldado pelas perspectivas foucaultianas e feministas. A terapia narrativa de White localiza os problemas dos indivíduos não “nos”, como faz a psicanálise tradicional, mas no aparelho subjetivador dos sistemas sociais. Como resultado, a terapia narrativa entende que a mudança individual está ligada a mudanças políticas, ou pelo menos, a compreensão - a desconstrução - das mensagens que os indivíduos internalizaram^{xvii}.

Aplicar a abordagem descrita aqui também traz uma luz importante sobre os objetivos do capítulo anterior, que se concentra mais especificamente em “Políticas de identidade: sexo, gênero e sexualidade”. A própria categoria de “Mulher”, como tantos teóricos feministas - Judith Butler sendo a mais importante - já argumentaram, deve ser entendida como uma categoria normativa, que promove a exclusão, mas também foi um ponto de união efetivo para a mudança sociopolítica.

Margaret McLaren conduz cuidadosamente o leitor, através da discussão das políticas de identidade que, segundo ela, foram entendidas e problematizadas, como uma questão de “essencialismo” (defensores da política de identidade) versus “construção social” (críticos da política identitária). Para os “novos alunos” ou entusiastas do feminismo, essa discussão será tremendamente instrutiva, mas também estabelece o fundamento da discussão, a autora, conjuga de forma elucidante a contribuição da teoria de Foucault, na consolidação da crítica da idéia da “construção social”. E ainda, a discussão de McLaren esclarece, em termos foucaultianos, como a caracterização do próprio debate é mal interpretada.

Mesmo que as categorias de identidade sejam excludentes – pois como devem, “representar a diversidade dos membros do grupo”- neste sentido falhando, e naturalizar - reificar a existência de “tipos” de pessoas e ocultar sua produção histórica^{xviii} - McLaren argumenta que esse reconhecimento pode, no entanto, ser compatível com a implantação estratégica dessas categorias. No trabalho de Foucault, é claro, “o homossexual” é o modelo exemplar de como uma categoria de identidade pode ser implantada para “definir e sujeitar indivíduos”^{xix}, mas também foi por meio dessa categoria que um movimento de resistência, “libertação gay”^{xx} nasceu.

Reconhecendo a recusa de Foucault em abordar a produção específica de gênero, Margaret McLaren, em seu livro *Foucault Feminismo e Subjetividade*, ampliou a própria análise do autor francês sobre o hermafroditismo, fornecendo uma nova análise da Herculine Barbin e oferece um inovador modo de entender a política de identidade bissexual que atingiu o auge no início dos anos 90.

O emprego desses últimos exemplos localiza o próprio trabalho de Margaret McLaren historicamente, em termos teóricos e geográficos. Ao longo do livro, a autora oferece uma visão extremamente útil sobre a história do engajamento feminista, com o trabalho de Foucault, o qual também marca sua própria produção.

A discussão da bissexualidade, se publicada na paisagem de rápido movimento das políticas de identidade sexual dos dias atuais, provavelmente seria uma discussão sobre a transexualidade^{xxi} ou identidades “trans”, e a discussão da política intersexual – debate que surgiu e se fortaleceu, apenas alguns anos após a publicação desta obra – tal fator traria muito mais riqueza ao debate, uma vez que esse movimento amadureceu e se diversificou. Isso não é uma crítica, apresento apenas uma cautela, para os leitores, pois as contribuições da obra *Foucault Feminismo e Subjetividade* de Margaret McLaren devem ser lidas e compreendidas, em um contexto histórico e social, definido, marcado pelos embates de finais do século XX e início do XXI.

Vários anos após a sua publicação, *Foucault Feminismo e Subjetividade* continua como uma inestimável contribuição, aos estudos, feministas e foucaultianos, por sua representação de um relato completo da interação dos teóricos feministas com Foucault no final da década de 1990. Como Margaret McLaren afirma com razão, nenhum único filósofo desde Marx, conquistou tanta atenção das feministas^{xxii} e dos trabalhos feministas recentes, como Michel Foucault o que torna-se uma evidencia da importância, da compreensão da obra do autor francês e suas contribuições para os diversos feminismos.

ⁱ O livro apresentado nesta resenha, MCLAREN, Margaret A. *Foucault Feminismo e Subjetividade*, São Paulo, Intermeios, 2016, foi publicado no original, em inglês, com o título, “Feminism, Foucault, and Embodied Subjectivity”. Albany, NY: SUNY Press, 2002, na tradução para o português retirou-se do título a expressão “Embodied” cujo significado é Incorporado.

ⁱⁱ Doutorando em educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Realizando pesquisas na linha temática Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação (DDSE), os temas de interesse passam pela história das mulheres, gênero, sexualidades, educação feminina, intelectuais.

ⁱⁱⁱ HARTSOCK, Nancy. Postmodernism and Political Change: Issues for Feminist Theory In *Cultural Critique*, No. 14, The Construction of Gender and Modes of Social Division II (Winter, 1989-1990), pp. 15-33, (<http://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/03/Nancy-Hartsock-Postmodernism-and-Political-Change-Issues-for-Feminist-Theory-Copie.pdf>) (acessado em 31-05-2017)

^{iv} HARTSOCK, Nancy. “Foucault on Power: A Theory for Women?” in *Feminism/ Postmodernism*, edited by Linda Nicolson (New York: Routledge 1990), citado por MCLAREN, Margaret A. *Foucault Feminismo e Subjetividade*, São Paulo, Intermeios, 2016, p. 39-43.

^v BORDO, Susan. A feminista como o Outro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 10-29, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9853/9086>>. Acesso em: 05 jun. 2017., p. 17.

^{vi} MCLAREN, Margaret A, Op. Cit., p. 34-37.

^{vii} FOUCAULT, Michel. What is critique? In: SCHMIDT, James (Ed.). *What is Enlightenment? Eighteenth-Century answers and Twentieth-Century questions*. Berkeley: University of California Press, 1996. p. 382-398, p. 394.

^{viii} *Ibid.*, 392.

^{ix} MCLAREN, Margaret A, Op. Cit., p. 53.

^x FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p. 389-391.

^{xi} MCWHORTER, Ladelle. *Bodies and Pleasures: Foucault and the Politics of Sexual Normalization*. Bloomington, IN, Indiana University Press, 1999.

^{xii} TAYLOR, Dianna e VINTGES, Karen. *Feminism and the Final Foucault* Champaign, IL: University of Illinois Press, 2004; HEYES, Cressida. *Self-Transformations: Foucault, Ethics, and Normalized Bodies*. New York, Oxford University Press, 2007.

^{xiii} MCLAREN, Margaret A, Op. Cit., p. 81.

^{xiv} *Ibid.*, 92.

^{xv} *Ibid.*, 92.

^{xvi} Ibid., 192-199.

^{xvii} Ibid., 198.

^{xviii} MCLAREN, Margaret A, Op. Cit., p. 198.

^{xix} Ibid., 202

^{xx} FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p.101.

^{xxi} Em suas conclusões finais a autora, faz rápida menção ao surgimento deste debate, vide p. 225-226.

^{xxii} MCLAREN, Margaret A, Op. Cit., p. 16.